

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.dj@abr.com.br

Tem que ver isso aí I

Aumenta a sensação dentro do Congresso Nacional de que é urgente regular as fintechs. Para deputados ouvidos pela coluna, é preciso ter um sistema que evite a entrada do crime organizado nessas plataformas digitais.

Tem que ver isso aí II

Parlamentares apostam que o momento é propício para essa regulamentação, porque o setor produtivo deve apoiar a medida. Representantes de empresas que pagam seus impostos estão preocupados com o fato de as fintechs acabarem servindo para uma concorrência desleal em diversos setores. Citam, inclusive, o caso da operação Carbono Oculto, que desbaratou um esquema de lavagem de dinheiro, em que as plataformas digitais eram usadas para burlar a fiscalização. Agora, é preciso apertar a Legislação.

E o Banco Master?

A base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não quer apoiar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master do deputado Carlos Jordy (PL-RJ). Muitos relembraram que o deputado está sendo investigado por desvio de verba parlamentar e não querem assinar um pedido dele. A intenção é apoiar o requerimento da deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS).

Hugo e a bandeira branca

Ao começar o ano votando a Medida Provisória do Gás do Povo, o objetivo do presidente da Câmara, Hugo Motta, foi mostrar boa vontade para com o governo. Ainda que a tensão por causa das emendas parlamentares não tenha se dissipado, é hora de pacificar. Os políticos paraibanos logo viram nesse gesto de votar a MP no primeiro dia de funcionamento pós-recesso um sinal de que a proximidade com Lula importa. Especialmente, para a campanha de Nabor Wanderley (Republicanos) ao Senado pela Paraíba. Nabor é pai do presidente da Câmara.

JUSTIÇA

Marçal é condenado a pagar por fake news

Empresário deverá pagar R\$ 100 mil a Guilherme Boulos por chamá-lo de "cheirador" durante campanha de 2024

» CAETANO YAMAMOTO*

O empresário e político Pablo Marçal (PRTB) foi condenado pela Justiça de São Paulo a pagar R\$100 mil de indenização ao ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos (PSOL), por espalhar informações falsas na campanha eleitoral para o cargo de prefeito da capital paulista, em 2024. O réu poderá recorrer da sentença.

Na época, o empresário relacionou a imagem de Boulos ao uso de cocaína. Nos debates, fez gestos sugerindo o consumo da droga, levando a mão ao nariz simulando aspiração. Marçal também usou, em sua propaganda, expressões pejorativas como "aspirador de pô" e "cheirador".

Momentos antes do primeiro turno, o Marçal publicou no Instagram um suposto laudo médico, com assinatura falsa, insinuando que Boulos seria usuário de cocaína. A Justiça Eleitoral identificou indícios de falsidade no documento e determinou a remoção do conteúdo das redes sociais ainda durante o período eleitoral.

Na sentença, emitida na semana passada, o juiz Danilo Fadel de Castro, da 10ª Vara Cível, argumenta que o debate político admite críticas ácidas e contundentes, mas não autoriza a prática de crimes contra a honra, a fabricação e disseminação intencional de desinformação com o objetivo de aniquilar a reputação do outro.

O juiz considerou que Marçal "ultrapassou, e muito, as raízes do debate político civilizado e da crítica administrativa" e que ele utilizou um laudo médico falso para



Pablo Marçal apresentou falso laudo médico contra Boulos

fabricar "uma 'realidade' criminosa para imputar falsamente ao autor a condição de usuário de entorpecentes". A assinatura do médico falecido foi forjada. O documento foi fabricado com o dolo específico de imputar ao autor um interramento psiquiátrico por uso de cocaína que jamais ocorreu", disse.

"Trata-se da fabricação fria e calculada de uma mentira documental para ludibriar o eleitorado e destruir a honra do adversário. O réu agiu com dolo intenso, valendo-se de sua vasta rede de alcance digital para potencializar o dano", acrescentou o magistrado.

Danilo Fadel de Castro ressaltou que, ao divulgar um documento falso com conteúdo grave, Marçal não exerceu liberdade de expressão ou crítica política, mas praticou um ato ilícito com intenção de prejudicar a reputação do

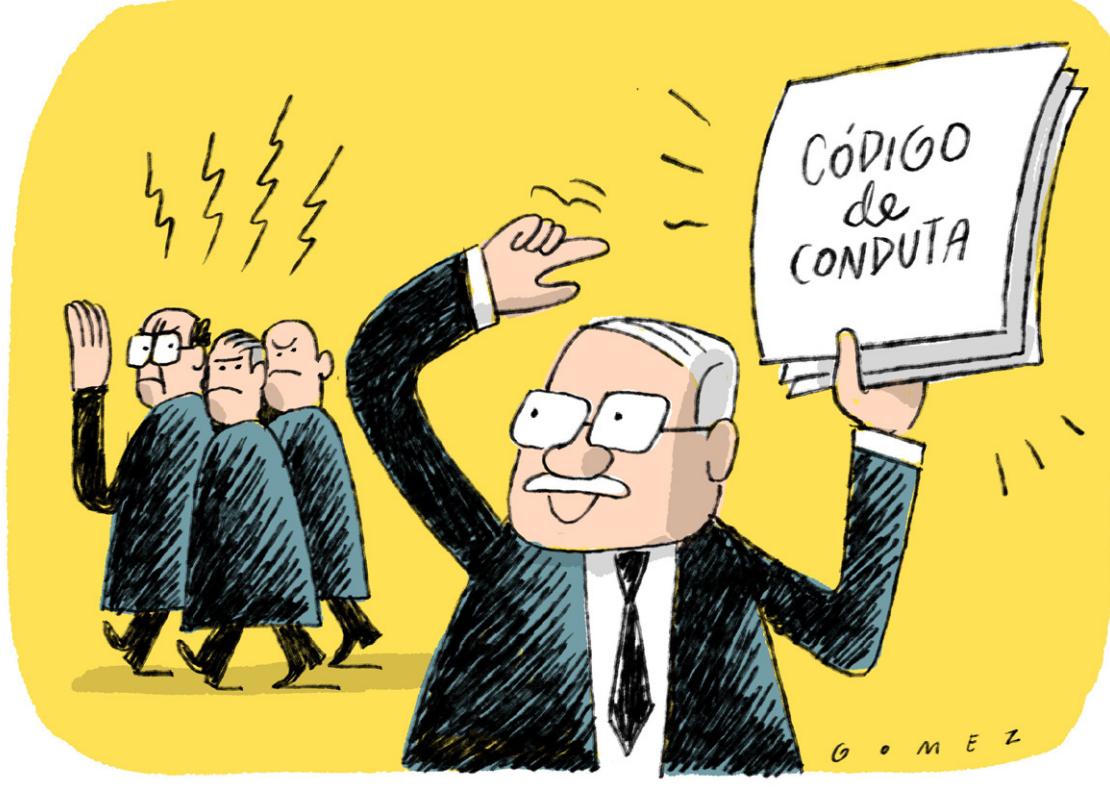
oponente por meio de fraude.

Por meio de nota, Marçal afirmou que a decisão "não é definitiva". "Discordamos do entendimento adotado e já estamos adotando todas as medidas judiciais cabíveis, com a interposição do recurso adequado, confiantes de que a decisão será revista nas instâncias superiores. O caso permanece em discussão no âmbito do Poder Judiciário", diz o comunicado.

Nas redes sociais, o ministro Guilherme Boulos escreveu que a condenação "ainda é pouco". "Marçal foi condenado pela Justiça a me pagar R\$ 100 mil pela mentira da cocaína. Ainda é pouco, seguirei na ação criminal contra ele. Quem faz política com fake news tem que ser banido da vida pública", disse.

*Estagiário sob a supervisão de Vinícius Doria

Fachin em carreira solo



Em conversas reservadas, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) não escondem o desconforto pelo fato de o presidente da Corte, Edson Fachin, ter começado a trabalhar no Código de Ética sem combinar com os demais. Eles consideram que era preciso, antes de anúncios e defesas, discutir no colegiado e usar mais o "nós". Ali, a terceira pessoa do plural conta, e muito, na hora de fazer valer projetos que afetam a todos. O tema certamente será tratado no almoço da semana que vem, marcado para 12 de fevereiro, quinta-feira, vésperas de carnaval. Depois de anunciar o tema como "prioridade de sua gestão" e dizer que "os ministros são responsáveis pelas escolhas que fazem", não há

caminhos alternativos para os colegas de Fachin: ou apoiam ou se desgastam ainda mais.

» » »

Muito além do gênero feminino/ A escolha da ministra Carmen Lúcia para relatar o Código de Ética do STF vem sob medida, e não tem nada a ver com o fato de ser a única mulher a ocupar uma cadeira no STF. Ela é, atualmente, quem tem mais alinhamento com Edson Fachin e sempre caminhou no sentido de tornar a análise dos processos mais ágeis, transparentes. Não cede a pressões e tem duas ferramentas consideradas fundamentais para redigir esse texto: paciência para ouvir a todos e coragem para enfrentar desafios.

CURTIDAS

Sólido anfitrião/ O camarote do BRB no Estádio Mané Garrincha reuniu em torno de cem convidados no último domingo, durante o jogo Corinthians X Flamengo, com buffet Renata La Porta. Vida que segue.

Mal-estar geral/ Com a saída do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, do União Brasil, os filiados da legenda estão meio frustrados com a capacidade de articulação de Antonio Rueda, que comanda a legenda. Uma excelência comentava no plenário da Câmara que Rueda está mais para um "comerciante" do que para presidente de partido.

"Somos todos iguais"/ O fato de o presidente da Câmara discursar da tribuna foi um gesto no sentido de deixar claro que não há diferença entre ele e os demais parlamentares. Pelo menos, esta foi a leitura de muitos que estavam no plenário.

Marcelo Camargo/Agência Brasília



Destaque econômico/ O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, recebe, na sexta-feira, o prêmio Personalidade Econômica de 2025 do Conselho Federal de Economia. A solenidade será na Câmara Legislativa do DF. Ele será o 21º economista agraciado com a premiação. Já ganharam o mesmo reconhecimento Maria da Conceição Tavares, Delfim Netto, Tânia Bacellar e André Roncaglia. O BNDES será premiado como Destaque Econômico na categoria Desempenho Técnico, pelo segundo ano consecutivo.



Informativo do mercado imobiliário

Brasília-DF, 01/02/2026

O futuro do adensamento urbano com o novo PDOT

O desafio de expandir o DF de forma regular e ordenada, sem desrespeitar a área tombada da cidade, encontra no adensamento urbano uma oportunidade promissora, especialmente com o novo Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), que aguarda a sanção do governador.

Quando planejado da forma adequada, o adensamento urbano torna-se instrumento essencial para o desenvolvimento sustentável das cidades. Contrariando a percepção comum de saturação do Distrito Federal, vastas áreas urbanas da capital, fora da área tombada de Brasília, ainda aguardam uma ocupação planejada, enquanto a mancha urbana existente convive com um alto índice de ilegalidade e desrespeito às áreas de preservação e ambientalmente sensíveis.

Ao contrário do senso comum, adensamento urbano significa ocupar os espaços vazios do território que apresentem vocação de ocupação. Isso deve ser feito de forma ordenada e pode contribuir para tornar as cidades mais compactas, com soluções mais eficientes e que melhorem a qualidade de vida da população. Essa equação envolve reduzir as

distâncias entre moradia, trabalho e serviços; facilitar a mobilidade e tornar mais eficaz o uso dos recursos públicos em transporte e infraestrutura.

O adensamento favorece a convivência social, o comércio local e a vitalidade urbana; assim como permite valorizar áreas centrais e subaproveitadas, ao mesmo tempo em que combate a proliferação de ocupações ilegais em áreas ambientalmente frágeis ou distantes dos centros urbanos.

Na avaliação da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademidf), o novo PDOT tem como missão adotar estratégias que promovam maior diversidade de atividades, aumentem a densidade demográfica e de ocupações ao longo dos corredores de transporte coletivo; estimulem a oferta habitacional próximas das áreas com emprego e renda; inclusive as de interesse social; e fomentem a regularização urbana.

O adensamento urbano é essencial para o desenvolvimento ordenado do Distrito Federal, combinando crescimento populacional com sustentabilidade, especialmente para as próximas gerações.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B - Guará - Brasília/DF - Fone: (61) 3328-7597

E-mail: ademidf@ademidf.com.br

Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf